



GRUPO PARLAMENTAR

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência,

Deputado Alexandre Quintanilha

Assunto: Requerimento para audição urgente do Senhor Ministro da Educação

O Ministro da Educação, em setembro, afirmou estarem garantidas as condições para “se ter um ano letivo tranquilo”, “sem perturbações” nas escolas portuguesas. Chegamos a meados de outubro e verificamos não só que essas condições não foram devidamente acauteladas, como ainda se verificou uma degradação nos recursos sociais, físicos e humanos ao serviço da educação das crianças e jovens portugueses no corrente ano letivo.

De facto, face ao compromisso assumido de reforçar a ação social escolar em “9,4% a comparticipação para manuais, para os alunos com Ação Social Escolar”, foi inexplicável a decisão da tutela, em congelar os valores nominais dos apoios para os alunos carenciados que frequentam a escolaridade obrigatória no ano letivo 2016/2017 e, diariamente, somos confrontados com notícias que dão conta da situação dramática que alunos e escolas enfrentam.

Para além de termos assistido a alunos compulsivamente deslocados das escolas que frequentavam e que viram os seus percursos educativos interrompidos; para além da ansiedade a que, por falta de cabal preparação e descuido, sujeitaram até setembro centenas de pais com crianças de 4 e 5 anos; para além de, por cortes cegos que nalguns casos atingiu 20% nos seus orçamentos, as escolas da rede EBS se virem obrigadas a mendigar junto do Ministério reforços orçamentais para fazer face a despesas de luz, água e mesmo de papel higiénico; verificamos agora que há denúncias relativas ao sobredimensionamento de turmas com alunos NEE, que há notícias que dão conta de um aumento do número de turmas com alunos de vários anos de escolaridade (turmas mistas), que para além dos atrasos agravados nos pagamentos às escolas profissionais constatamos, um mês depois do ano letivo ter tido o seu início, que persistem faltas graves de assistentes operacionais nas escolas, particularmente sentida nas unidades de multideficiência que ficam impedidas de dar apoio a alunos com necessidades educativas especiais. Uma carência injustificável já que em abril o Ministro da Educação afirmava no parlamento "estamos neste momento a estudar a implementação das 35h.", mas que na abertura do ano letivo seria "provido o número de AO que forem necessários a mais", adiantando que já tinha um valor estimado para essa medida. Em agosto a resposta do Ministério sobre o mesmo assunto era: "a operacionalização das 35 horas nas escolas está em estudo, prevendo-se que a



GRUPO PARLAMENTAR

necessidade, a haver, será residual”. Como fica patente a necessidade agravada pela decisão do governo não é pontual, é sim generalizada.

O PSD de uma forma construtiva, atempadamente, alertou o Governo para estes problemas, que resultaram de decisões assumidas e implementadas pela tutela. De uma forma sistemática o Ministro da Educação ao longo de 10 meses ou negou-os ou considerou-os “residuais”, que estavam a ser devidamente analisados e que seriam acautelados. Não o foram como agora fica claro. Mas se já é evidente que o prometido “fim da austeridade” também não chegou às escolas da rede EBS, mas antes foi agravada pela falência do modelo económico preconizado pelo governo socialista que obriga a sacrifícios e cortes suplementares, menos evidente é a forma como a atual equipa ministerial encara as escolas e os professores, passando-lhes mais um atestado de incompetência e de irresponsabilidade pedagógica.

A recente notícia do jornal i que dá conta de orientações telefónicas e reuniões do Ministério para garantir que as escolas e os professores, através dos Conselhos de Turma, não apliquem a decisão excecional de reter alunos nos anos não terminais de ciclo, é grave a dois níveis. Não só volta a revelar o preconceito com que a tutela encara a ação das escolas e dos professores, desvalorizando os seus juízos e trabalho de proximidade, como ainda demonstra que, mais do que a salvaguarda dos interesses e da educação e formação efetiva dos alunos, o ministro apenas está preocupado com uma redução artificial das taxas de retenção para efeitos estatísticos. Trata-se de uma inversão completa daquela que deve ser a missão primordial da educação e da formação das nossas crianças e jovens, que coloca em causa inclusive o desígnio partilhado e estabelecido por todos os governos de promover o sucesso escolar, ao lançar dúvidas sobre o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar do próprio governo.

A gravidade das denúncias e dos factos acima descritos justificam que, tal como sempre aconteceu nos anos precedentes com uma primeira audição regulamentar a anteceder a discussão na especialidade do Orçamento do Estado, o Ministro da Educação preste os esclarecimentos que se impõem.

Assim, atendendo ao papel fiscalizador da Assembleia da República da atividade do governo o Grupo Parlamentar do PSD requer, nos termos legais e regimentais e com carácter de urgência, a audição do Senhor Ministro da Educação na Comissão de Educação e Ciência.

Palácio de São Bento, 10 de outubro 2016

O Deputado

Amadeu Soares Albergaria